

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense Class.: Terra 214

Data: 18/06/92 Pg.: 14

TCU reavalia exploração mineral em área indígena

Lydia Medeiros

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai propor ao Congresso Nacional que reavalie a exploração de recursos em áreas de conservação ambiental e reservas indígenas. O ministro Fernando Gonçalves, relator e autor da proposta aprovada ontem, acredita que o Congresso deve estudar a autorização para o aproveitamento de recursos nessas áreas, principalmente em locais de subsolo rico em minérios estratégicos, demarcados "unicamente pela preservação do ecossistema".

Para o ministro, deve ser formado um conselho para opinar na criação de novas reservas indígenas e florestais. Gonçalves sugere que sejam ouvidos o EMFA, a Embrapa, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e a Eletrobrás, além do Ibama. Apenas o ministro Paulo

Afonso Martins de Oliveira foi contra a decisão. "Não cabe ao TCU fazer essa recomendação ao Congresso. Isso extrapola suas funções constitucionais", argumentou.

A decisão do TCU foi motivada por uma inspeção operacional realizada em oito superintendências estaduais do Ibama. "Fiquei muito impressionado ao constatar que jazidas de ouro e minérios estão em terras indígenas ou reservas ambientais", explicou Gonçalves. O ministro defendeu a tese de que o Congresso deve ter "participação mais ativa" nas discussões para criação de reservas. "Toda essa riqueza não pode ficar congelada".

O analista do TCU, Marcelo de Miranda Ribeiro demonstrou, através da superposição de mapas, que regiões ricas em cassiterita, ouro e prata estão nas reser-

vas florestais e terras indígenas. Ele citou como exemplos a reserva ambiental de Guaporá, em Rondônia, que abriga jazidas de ouro e cassiterita; e as áreas ocupadas pelos índios uaimiri-atroari, no Amazonas, que têm cassiterita e diamantes.

Segundo o analista, as reservas florestais brasileiras somam 300 mil quilômetros quadrados, uma área equivalente à Itália. As terras indígenas chegam a 850 mil quilômetros quadrados, tamanho da Alemanha reunificada somada à França. O ministro Gonçalves disse estar "perplexo" como fato de que a definição de áreas de proteção ambiental e indígena não seja mais debatida com a sociedade e com órgãos técnicos como o DNPM. Gonçalves informou que na elaboração de seu voto e decisão ouviu a opinião de chefes militares.

Ministro teme congelamento

O ministro Fernando Gonçalves disse ontem que a implantação indiscriminada de unidades de conservação em todo o País, através de decretos, pode significar "uma estratégia de congelamento do desenvolvimento econômico do Brasil, muitas vezes ditada por interesses alheios à nacionalidade". Segundo o ministro, esse pensamento é defendido por grupos "desenvolvimentistas", em oposição àqueles que pregam a intocabilidade do meio ambiente.

"Não se põe em dúvida a necessidade de preservar o meio ambiente, mas se propõe o desenvolvimento sustentado", disse o ministro. Ele considerou que a criação de reservas não leva em conta as riquezas contidas no subsolo, mas apenas o ecossistema a ser preservado. Em seu voto, o ministro afirma que a não-exploração dos recursos mi-

nerais e hidrelétricos "reduziria a oferta de empregos, a geração de renda, os impostos, levando à paralisação do ritmo do desenvolvimento".

Para atenuar as divergências entre preservacionistas e desenvolvimentistas, o ministro defende que a criação das áreas de reserva passe por entidades técnicas, como Eletrobrás e DNPM. "Dessa forma, seria possibilitada a ação simultânea de desenvolvimento econômico com o imperativo da proteção ambiental", explicou. O ministro Gonçalves ressaltou a proibição de exploração de riquezas nas regiões Norte e Centro-Oeste do País como um fator que compromete o desenvolvimento.

No voto apresentado aos ministros, o relator citou o documento enviado à Conferência Rio-92 por 264 cientistas e intelectuais de 29 países. Com o título "Apelo aos Chefes de Estado e Governo presentes à Conferência do Rio", o documento salienta que o emocionalismo que caracteriza correntes do movimento ecológico se traduz

em políticas "conservacionistas excessivamente restritivas". Apontam como consequência entraves ao avanço científico e industrial.

O ministro Gonçalves lembrou que o documento foi assinado por 52 ganhadores do Prêmio Nobel, defendendo a idéia de preservação ambiental de forma técnica e racional: "Deve-se ter sempre em vista o imperativo do desenvolvimento econômico e o combate a flagelos como o da fome e da miséria". O relator acredita que devido à situação do País, o Legislativo deve rediscutir a intocabilidade das áreas de preservação e as reservas já criadas.

O relatório e as decisões do TCU serão enviadas aos presidentes do Senado e da Câmara e ao presidente Fernando Collor. O ministro Gonçalves reconhece que o trabalho de auditoria operacional feito no Ibama por técnicos do TCU foi além das questões diretamente ligadas ao órgão. "Os técnicos percorreram oito estados e os problemas foram aparecendo".